



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REUNIÃO MINISTERIAL

Palácio do Planalto
2 de junho

A responsabilidade do ministério que, coeso, devem enfrentar as dificuldades de 1987, ano tumultuado, adverso; devem ser superados os problemas econômicos posteriores ao Plano Cruzado.

1º de junho — O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em exposição durante a reunião ministerial, comunica que o Brasil vai precisar de US\$ 6 bilhões em novos empréstimos — e não apenas US\$ 4 bilhões — para fechar suas contas externas este ano.

3 de junho — Os três líderes do PMDB na Constituinte, Senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Deputado Luiz Henrique, prestigiam o primeiro comício pelas «diretas logo» (novembro de 1988), em Cuiabá, que reuniu em torno de 1.500 pessoas.

4 de junho — O Governo reabre o processo de licitação para a construção da Ferrovia Norte-Sul, projetada para unir Brasília ao município maranhense de Açailândia. As dezoito empreiteiras que venceram a primeira concorrência, anulada, poderão voltar a concorrer.

Senhores Ministros.

Antes de tudo desejo dizer-lhes que a nossa equipe está definida e convocada para, sem limites de sacrifícios e

dedicação ao Brasil, ter o privilégio de lutar pelo desenvolvimento do País nesses momentos difíceis que o povo brasileiro enfrenta corajosamente.

Desejo, nesta fase, que reuniões do ministério sejam freqüentes, para acompanhar, supervisionar, cobrar. E é necessária mais do que nunca a coesão e a identidade. Acompanhar e avaliar as ações do Governo, discutir os problemas nacionais e buscar soluções. E sobretudo: unificar a nossa linguagem. A administração pública tem que funcionar sistematicamente e democraticamente.

Cada ministério é parte de um conjunto que precisa de harmonia. Não são feudos nem compartimentos estanques. Uns dependem dos outros e todos constituem o Governo. Todos devem-se ajudar mutuamente, conhecer o que os outros estão realizando, e procurar ajudá-los. A responsabilidade de cada ministro não se esgota no seu ministério. Todos devemos, respeitadas as áreas de competência, atuar pelo bom funcionamento do conjunto.

Temos, também, graves obrigações para com os outros Poderes da República: O Legislativo e o Judiciário. Mas os deveres nossos, os mais sagrados, são para com o nosso extraordinário povo. Tivemos um bom primeiro biênio de Governo. 1985 e 1986 foram anos em que o Brasil cresceu, criou milhões de novos empregos, distribuiu melhor a sua renda social, reencontrou a democracia e a liberdade, compromisso maior de todos nós, consolidou sua consciência em favor de uma sociedade pluralista e aberta. Sentiu a força criadora da liberdade.

Mas 1987 chegou, tumultuado e adverso. Politicamente turbulento e economicamente complicado. Tem sido um ano difícil para o Governo, para os trabalhadores, para os empresários, para o País e para o povo. É que fenômenos de grande complexidade e significação coincidiram no tempo e produziram uma nova realidade nacional, a que não faltam manifestações de crise, como acontece atualmente com alguns segmentos da economia.

Em nossa história nunca foram convergentes tantos problemas: institucionais, políticos, partidários, ideológicos, sociais, de distribuição de renda, desigualdades regionais, esforço para redirecionar a economia, para desviá-la

do controle de grupos e passar a servir ao povo, combate à especulação, à carestia, à inflação, aos juros, enfim, superposições de crises de natureza política, de natureza social e de natureza econômica.

Tem sido o barro do trabalho do Presidente, como primeiro responsável pela consolidação democrática, evitar a radicalização, construir a convivência ideológica, sem discriminação, harmonizar contrários, dialogar, abrir caminhos, manter alianças, ter a paciência cívica necessária para fugir a lutas estéreis, a pequenos conflitos, e fixar-se no objetivo maior, a democracia, cujo caminho, neste instante, passa pela unidade nacional.

Foram tempos de eleição, tempos de clima eleitoral, de paixões, de disputas, eleições para as capitais, para os municípios de segurança nacional, deputados, senadores, governadores. Todo o processo tem como estuário, hoje, a Assembléia Nacional Constituinte. Toda legislação ordinária também foi revisada neste tempo. A Constituinte em si mesma representa uma mudança fundamental nas bases jurídicas do Estado. É uma nova ordenação do Estado de Direito, que, mais uma vez deve ser repetido, é o Governo da lei e não dos homens.

Uma Constituinte deve trabalhar mais com o futuro do que com o presente. Ela deve ser capaz de construir um arcabouço jurídico que livre a nação de abalos institucionais, capaz de criar condições ao Estado de intervir menos e prover mais. Tudo isso vive o Brasil em meio a dificuldades econômicas imensas. Todos apostamos no Plano Cruzado. Ele foi uma experiência válida, que modificou a estrutura da sociedade brasileira, mas que não teve forças para resistir aos seus inimigos.

Mas as nações não vivem de frustrações, nem de sonhos inacabados. Vivem da realidade. A nossa realidade é a dificuldade presente, que será vencida e para a qual buscaremos novos remédios, lutaremos com todas as forças, resistiremos a todos os ataques, injustiças e desânimos. Para isso os convoquei. Estamos iniciando uma nova fase. Rompemos o imobilismo político que nos encheu de perplexidade e afetava a determinação de escolha dos caminhos das soluções econômicas e social do País.

Agora é a hora do combate administrativo sem quartel, sem hora e sem descanso. Temos créditos para com o País. O crédito fundamental da paz que asseguramos. Estes dois anos foram de paz. Nenhuma gota de sangue e nenhuma insubordinação, traumatismos que têm marcado os processos de transição em muitos países.

O Brasil mudou e é outro. Hoje ele está nas mãos do seu povo.

Devemos esclarecer à nossa gente, de que ela não deve — porque é contra ela mesma — promover a desordem reivindicativa, fora da realidade, das possibilidades e do alcance dos nossos meios.

O grevismo pelo grevismo é a destruição de uma conquista que foi feita para combater injustiças e não para servir a interesses de grupos ideológicos, ou que desejam pescar nas águas revoltas do sofrimento do povo.

A Federação, submetida há tantos anos a um processo de esvaziamento, está debilitada. Ela, o grande ideal republicano que chega aos 100 anos em 1989, está combalida. Os estados encontram-se em caótica situação financeira, endividados, inadimplentes, sem condições de fazer funcionar a máquina administrativa e submetidos a toadas as pressões. Os novos governadores tomaram providências corajosas e heróicas. É necessário um trabalho conjunto, União, estados e municípios, para restaurar o princípio federativo.

A decisão que tomei em relação ao mandato presidencial nada tem de pessoal. Ela foi assumida dentro da estratégia de debelar a crise que se interliga com a política e com a economia.

A ninguém, a ninguém mesmo, o Presidente pediu, em caráter pessoal solidariedade para questões de poder, e de nenhum modo colocou a máquina do Estado a serviço de qualquer decisão política. Para ele, a política tem uma base moral que não pode ser postergada por qualquer interesse, porque o interesse público não pode colidir com preceitos éticos e morais.

Pedi, sim, aos partidos, pois sou presidente de honra do PMDB, sou patrono da Frente Liberal. Assim como não faltei aos partidos, sendo leal e solidário, espero reciproci-

dade. Os partidos da Aliança, portanto, têm deveres para com o Governo, no qual participam e com o qual são responsáveis, para com o Presidente e para com o Brasil. Não somente nos bons dias, mas também nos momentos amargos.

De fato, a partir de fevereiro passado, eclodiram muitos eventos. A inevitável suspensão dos pagamentos de juros aos credores privados estrangeiros, decisão indispensável que se projetou no relacionamento internacional do País, refletindo-se particularmente no fluxo de capitais externos. O equacionamento da dívida externa é ponto fundamental de todo projeto de Governo. Não pouparemos esforços para avançar nessa área, mas não abriremos mão do crescimento do Brasil, nem da soberania nacional. Altivez e patriotismo são nossas palavras de ordem. Sem exagero afirmo que na maioria de nossos problemas interferem, direta ou indiretamente, as dívidas que herdamos. No caso da dívida externa lembro que pagamos, em 2 anos, 23 bilhões de juros e não fizemos nenhuma dívida nova.

Após longo período de congelamento, foi necessário retornar à economia de mercado. Os preços relativos ainda não encontram o seu novo equilíbrio. Há apreensões em nossa economia. Elas não fazem sentido quando pensamos em termos de futuro, em nosso formidável e grande País. Mas é urgente que todos tenhamos em conta a nova realidade. 1986 não vai voltar, nem 1985. E 1987 não vai perdurar assim: também vai passar.

As soluções do Governo e dos setores privados têm que considerar a atualidade existente no Brasil de hoje. E é preciso um basta na especulação desenfreada de alguns e no imediatismo de muitos. A hora deve ser de pensar grande, colocando os interesses nacionais acima de tudo, mesmo de projetos pessoais. Repito o que já disse e reafirmei: o Brasil é muito maior que todos os seus problemas.

Senhores ministros, nossa tarefa superior é atuar sobre essa nova realidade, de modo a melhorar as condições de vida do nosso povo. O Governo não pode tudo, mas pode muito. E muito mais, se nós todos operarmos monoliticamente, unidos, quando se trate do bem de todos os brasileiros. Nos momentos de especial dificuldade da Nação,

sempre há os que lamentam, os que acusam, os que se arvoram em juízes, os que pregam o apocalipse, os que semeiam injúrias e mentiras, e os que querem aproveitar-se para realizar a sua ganância e a sua ambição.

Mas a imensa, a esmagadora maioria do povo brasileiro quer é construir um grande País, é superar as dificuldades. E é essa a nossa gente. É esse o nosso grande Brasil que vale a pena, que vale todos os sacrifícios. Por tudo isso, quero o Governo atuando de modo coordenado. A unidade de nossa equipe é mais do que nunca, hoje, fundamental; ela é indispensável. Os problemas nacionais exigem desprendimento e um trabalho árduo. A hora é a de todos pensarmos no Brasil e nos interesses do nosso povo. Mas um bom Governo não se faz apenas com boas decisões administrativas e políticas. Requer definições e obediência a princípios.

São compromissos morais do Governo, para os quais determino vigilância e observância indormida. A austeridade no trato da coisa pública, além de obrigação inerente a todos que ocupam cargos públicos, trata-se de dever para com a sociedade e os contribuintes.

Nessa linha, peço-lhes que determinem e cobrem rigoroso controle das despesas de custeio dos órgãos sob sua responsabilidade. Devemos economizar em todos os níveis. Cada cruzado poupado no custeio é cruzado ganho para os investimentos de que o País tanto precisa.

Combate à corrupção. O nosso Governo tem que combater permanentemente a corrupção, a impunidade e especulação que corrói a base moral da Nação.

O aumento da eficiência da máquina administrativa pública é outro imperativo. Dei instruções ao ministro da Administração para que acelere os trabalhos da reforma.

No regime democrático as decisões do Governo têm de ser tomadas ouvindo-se a sociedade através dos seus segmentos representativos. Recomendo ampliarem o diálogo, ouvir e analisar reivindicações e proceder a decisões que se coadunem com o interesse público.

No relacionamento com o Poder Legislativo, o Governo não poupará esforços no sentido de prestigiar e apoiar

os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Os esforços de articulação e entrosamento com o Poder Legislativo devem ser crescentemente intensificados.

O princípio da descentralização: verifica-se no Brasil enorme concentração de poderes, de tarefas, nas mãos do Governo Federal. É preciso transferir aos estados e municípios tarefas que eles possam executar melhor.

Senhores ministros, senhores líderes,

1987 é um ano de transição econômica. É um período que exige sacrifícios. É necessário que todos façam a sua parte. Sigamos o exemplo do povo que está trabalhando pelo País e enfrentando sem medo as adversidades que a conjuntura econômica trouxe.

É objetivo do Governo fazer com que esse ajustamento ocorra com o menor custo para a sociedade. O programa econômico-financeiro de curto, médio e longo prazos, exigido pela atualidade nacional, está sendo elaborado pela equipe econômica do Governo, e dentro de alguns dias estará pronto para ser executado.

Tornar-se-á público e deixo clara a minha determinação para que todos os ministérios não poupem esforços e sacrifícios para cumprir o que lhes couber. Vamos mudar e melhorar nossa economia.

Para afastar apreensões e especulações quero, desde já, anunciar algumas premissas que mandei observar na definição e execução da nova política econômica.

Mesmo reconhecendo a necessidade da correção de preços num processo inflacionário, o Governo vai combater abusos e remarcações injustificadas.

Todos os mecanismos preventivos e punitivos serão energicamente acionados para coibir tais ações.

Quero guerra sem trégua à inflação e aos juros elevados.

O poder de compra dos trabalhadores deve ser protegido através de correções de salários em níveis compatíveis com o processo inflacionário. Não patrocinares a recessão. Temos de crescer e podemos continuar crescendo. O País precisa de bons projetos e programas de desenvolvimento.

Não arredaremos o pé do objetivo de promover maior justiça social, com a redução das desigualdades de renda entre as regiões e os cidadãos.

Esse é um princípio indeclinável do Governo.

Não abdicaremos da prioridade para o social e da opção pelos mais pobres.

Os incentivos regionais serão mantidos.

A caderneta de poupança é intocável.

Não será modificada a política de minidesvalorizações cambiais.

A negociação da dívida externa é prioridade e obedecerá aos compromissos do crescimento e princípios de respeito à nossa soberania.

Especial atenção será dada às micro e pequenas empresas. Nelas estão assentadas a esperança e a oportunidade de trabalho de milhões de brasileiros. Vamos prestar-lhes apoio nesta hora difícil. Já determinei aos órgãos envolvidos com o assunto prioridade no trato da questão e medidas efetivas que de fato cheguem ao destino e beneficiem os pequenos empresários.

A dinamização dos investimentos é imprescindível para garantir novos empregos e crescimento. Nesse processo, destaque-se o papel da iniciativa privada. Ao lado dos investimentos governamentais, em infra-estrutura, que prosseguiremos, necessitamos dos investimentos privados, quer nacionais, quer estrangeiros. O Brasil, independentemente das dificuldades atuais, é um País de grande viabilidade. Investir no Brasil é uma excelente decisão. Os empresários sabem disso. Buscaremos dar condições para que os empresários cumpram seu papel social que é o de gerar empregos e riquezas.

Considero importante, também, o fortalecimento dos mecanismos de captação de poupança através das bolsas de valores. Muito do futuro das empresas brasileiras passa pela viabilização de esquemas financeiros que não sejam oriundos somente de empréstimos. Temos de reduzir a presença do credor e aumentar a dos sócios na vida das empresas. Além de fortalecer as empresas, os investimentos nas bolsas de valores significam uma opção para aplicação de poupança pela sociedade.

Finalmente, resumindo:

- combate total à inflação em todos os setores, cortando-se centavo por centavo nos gastos públicos supérfluos;

- investimento em obras produtivas e reprodutoras que assegurem emprego e ajudem a evitar a recessão das empresas privadas;

- vigilância severa sobre as verbas públicas e punição exemplar da desonestidade, seja quem for;

- toda ajuda ao Ministro da Fazenda na execução do seu plano antiinflação;

- ao Ministro da Justiça e ao Consultor-Geral da República pedi estudos urgentes para projetos de lei que coíbam a indústria da concordata, sobretudo das empresas que comercializem produtos agrícolas; suspensão temporária dos despejos residenciais, até que se conclua o projeto da lei de reforma da Lei do Inquilinato; projeto de lei que torne mais severa a punição dos crimes contra a economia popular, nele incluindo as modalidades modernas de fraude contra o consumidor e contra as regras de mercado;

- apressar os estudos para o projeto de lei que assegure a liberdade da organização sindical, a liberdade de greve, a completa independência dos sindicatos, sem qualquer intervenção do Governo;

- auxílio e cooperação total de todos os ministérios aos trabalhos da Constituinte, em tudo o que a Assembléia necessitar;

- prioridade na execução de planos de habitação popular em todo o Brasil;

- ofensiva geral nas obras e serviços de educação, de saúde, de assistência social e previdenciária.

O povo espera tudo do Governo. Nós sabemos que o Governo não pode fazer tudo e que os problemas somente podem ser resolvidos com a ajuda da sociedade.

Mas se o Governo não pode fazer tudo, tem de fazer o máximo que ele pode.

Não devemos, contudo, em face da conjuntura, perder a perspectiva da construção do futuro do Brasil. O Brasil

não pode ficar prisioneiro de suas dificuldades. O mundo, cada vez mais, é interdependente e é aberto. O Brasil tem que participar do futuro. Nossa indústria está se atrasando tecnologicamente. Nossa infra-estrutura está marchando para não acompanhar o desenvolvimento econômico. No mundo inteiro os mercados se abrem. Precisamos de investimentos. Precisamos viver uma nova fase de desenvolvimento, atrair capitais, ganhar mercados, criar indústrias que gerem novos empregos, aumentem a renda, dêem condições de trabalho às gerações que estão chegando.

Temos que possibilitar à universidade domar os saberes, para colocar o Brasil no mundo da tecnologia e da ciência. Temos que absorver tecnologias e temos de criá-las.

O Brasil não pode parar nas lamúrias da palavra «crise».

O pessimismo não leva a nada. As nações não se acabam e as nações não choram, elas lutam, vencem e se fortalecem nas crises. Os grandes povos foram forjados na coragem e foram forjados na luta. O Brasil já mostrou, mostra e mostrará que dele será o futuro, porque tem coragem e jamais se deixa abater.

Eu confio na equipe do Governo, na equipe administrativa integrada, e no respaldo e na solidariedade da equipe política que tem responsabilidade pela transição democrática do Brasil. Os senhores já deram muitas provas de que sabem servir ao Brasil.

De minha parte, asseguro-lhes que não me afastarei um milímetro dos meus deveres.

E serei rígido na cobrança de minhas ordens.

Desejo e quero eficiência, porque o Brasil muito espera de todos nós.